

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA
PARA O ANO DE 2023**

FARMÁCIA

01. A prova terá duração de 3 (três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Vigilância em Saúde	5
Vigilância Sanitária	15
Farmácia	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aprender é mudar posturas"

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. De acordo com a Constituição Federal Brasileira, a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo garantida por meio de:
- (A) políticas econômicas que visem à manutenção do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação
 - (B) políticas regulatórias e distributivas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, com acesso a serviços de saúde pública para indivíduos com renda inferior a quatro salários mínimos
 - (C) políticas fiscais e monetárias que visem à redução dos custos de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação
 - (D) políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação
02. Sobre a participação da iniciativa privada no âmbito do Sistema Único de Saúde, é correto afirmar que:
- (A) as instituições privadas com fins lucrativos têm prioridade na participação no Sistema Único de Saúde, por meio da formalização de contratos.
 - (B) a prestação de serviços de assistência à saúde no Sistema Único de Saúde deve ser principalmente oferecida pela iniciativa privada
 - (C) o Sistema Único de Saúde no Brasil não prevê a participação da iniciativa privada na prestação de serviços de assistência à saúde.
 - (D) a assistência à saúde é livre a iniciativa privada podendo participar de forma complementar ao Sistema Único de Saúde
03. Um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos, entende-se por:
- (A) vigilância epidemiológica
 - (B) vigilância nutricional
 - (C) vigilância ambiental
 - (D) vigilância sanitária
04. As ações de vigilância sanitária estão no campo de atuação do Sistema Único de Saúde, abrangendo:
- (A) a participação na normatização, fiscalização e no controle dos serviços de saúde do trabalhador
 - (B) a organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos
 - (C) o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde
 - (D) a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral
05. Um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, é denominado de:
- (A) atenção de nível quaternário
 - (B) redes de atenção à saúde
 - (C) políticas públicas de saúde
 - (D) comissões intergestoras
06. A Lei Complementar nº 141/2012 regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde e dá outras providências. De acordo com essa normativa, assinale a alternativa que traz o percentual mínimo da arrecadação dos impostos que deve ser aplicado em ações e serviços de saúde pelos municípios e estados, respectivamente:
- (A) 15% e 12%
 - (B) 12% e 15%
 - (C) 12% e 10%
 - (D) 15% e 25%
07. De acordo com a Política Nacional de Regulação do SUS, a regulação que tem como objetos a organização, o controle, o gerenciamento e a priorização do acesso e dos fluxos assistenciais no âmbito do SUS, e como sujeitos seus respectivos gestores públicos, sendo estabelecida pelo complexo regulador e suas unidades operacionais e esta dimensão abrange a regulação médica, exercendo autoridade sanitária para a garantia do acesso baseada em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização, é denominada de:
- (A) regulação do acesso à assistência
 - (B) regulação dos sistemas de saúde
 - (C) regulação da vigilância em saúde
 - (D) regulação da atenção à saúde
08. A Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde. As práticas assistenciais e gerenciais desenvolvidas a partir da caracterização do perfil dos usuários, por meio da gestão de leitos, corresponsabilização das equipes e avaliação de indicadores assistenciais para efeito dessa Política, são chamadas de:
- (A) modelo de atenção
 - (B) pontos de atenção
 - (C) gestão da clínica
 - (D) linha de cuidado

09. O Ministério da Saúde se utiliza de Programas e Políticas de Saúde para induzir boas práticas, ordenar e nortear os serviços que compõem a Rede de Atenção à Saúde. O Programa Saúde na Hora foi instituído por meio da Portaria MS/GM nº 397/2020. São objetivos desse Programa:
- (A) ampliar o acesso dos usuários por meio da implantação do serviço de teleatendimento em saúde nos municípios
 - (B) reduzir o tempo para agendamentos de consultas e exames no Sistema de Regulação Ambulatorial (SISREG)
 - (C) ampliar o horário de funcionamento das USF e UBS, possibilitando maior acesso dos usuários aos serviços
 - (D) oportunizar o acesso mais célere no atendimento nas unidades de urgência e emergência
10. Os Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades, são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário que compõem a Rede de Atenção Psicossocial. O Centro de Atenção Psicossocial, que atende prioritariamente pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida, e que proporciona serviços de atenção contínua, com funcionamento 24h, incluindo feriados e finais de semana, ofertando retaguarda clínica e acolhimento noturno a outros serviços de saúde mental, inclusive CAPS AD, é intitulado de:
- (A) CAPS III
 - (B) CAPS II
 - (C) CAPS V
 - (D) CAPS I

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

11. A criação dos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia, a partir de 2004, e o estabelecimento das ações de vigilância epidemiológica em âmbito hospitalar, objetivou:
- (A) auditar o faturamento das autorizações de internações hospitalares no SUS
 - (B) identificar, investigar e notificar doenças de interesse para a saúde pública
 - (C) assegurar a segurança do paciente, segundo protocolos de acreditação
 - (D) organizar a porta de entrada para o sistema de saúde
12. A vigilância de emergências em saúde pública assumiu sua expressão máxima na pandemia de Covid-19. As medidas de prevenção e controle objetivaram:
- (A) propiciar a redução de mortes, hospitalizações a disseminação da doença
 - (B) tratar os infectados e isolar os casos índices para diminuir o contágio
 - (C) organizar fluxos assistenciais dos contatos e bloquear a transmissão
 - (D) definir normas e rotinas para realizar internações dos casos graves

13. As ações verticalizadas e no formato de campanhas marcaram historicamente a origem da vigilância em saúde no Brasil, a partir da articulação das áreas de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária. A ampliação do escopo do sistema de trabalho em vigilância em saúde de forma transversal ocorre em decorrência:
- (A) da organização de núcleos de resposta rápida
 - (B) da universalização do sistema de saúde
 - (C) da tecnologia em informação em saúde
 - (D) da descentralização e municipalização
14. Os processos de trabalho em vigilância em saúde passam a englobar a integração das vigilâncias epidemiológica, sanitária, em saúde do trabalhador e ambiental em saúde, e, destas, com a atenção à saúde, equipes de saúde da família, ou seja, com as redes de atenção à saúde. Essa integração compreende:
- (A) distribuição das atribuições das equipes de saúde da família e de vigilância em saúde, considerando as especificidades da formação profissional
 - (B) organização de protocolos centrados nas doenças e suas especificidades quanto a agente etiológico e modo de transmissão
 - (C) conhecimento do território e necessidades em saúde partilhados, planejamento integrado, ações colaborativas
 - (D) definição de rotinas que façam a distinção da atuação das áreas de vigilância e área de atenção à saúde
15. A integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde potencializou a atuação do sistema de saúde no território, durante a pandemia de Covid-19, por meio da:
- (A) divisão do território entre agentes de saúde da família e de vigilância em saúde para detecção dos casos índices no território
 - (B) identificação de casos novos e análise de risco de agravamento para grupos populacionais mais vulneráveis
 - (C) distribuição de equipamentos de proteção individual nos domicílios com maior número de casos
 - (D) visita domiciliar direcionada aos territórios com maior taxa de mortalidade por Covid-19

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

16. A fritura faz parte do cotidiano de muitos comerciantes, seja no preparo de refeições ou lanches servidos em lanchonetes e bares. No entanto, os comerciantes, muitas vezes, desconhecem os perigos presentes no processo de fritura, devendo, assim, se capacitar quanto às Boas Práticas de fabricação, adotando alguns procedimentos, como a substituição imediata do óleo sempre que houver alteração evidente das características físico-químicas ou sensoriais, tais como aroma e sabor, e a formação intensa de espuma e fumaça, assegurando a qualidade destes alimentos e a saúde dos consumidores. Dessa forma, os óleos e gorduras utilizados devem ser aquecidos a temperaturas de até:
- (A) 180°C
 - (B) 200°C
 - (C) 210°C
 - (D) 230°C

17. As Boas Práticas são procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação, a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária. Dessa forma, o prazo máximo de consumo do alimento preparado e conservado sob refrigeração à temperatura de 4°C, ou inferior, deve ser de:
- (A) 10 dias
 - (B) 6 dias
 - (C) 7 dias
 - (D) 5 dias
18. As doenças transmitidas por alimentos (DTAs) são uma importante causa de morbidade e mortalidade em todo o mundo, sendo uma grande preocupação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Assinale a alternativa que apresenta o microrganismo envolvido no seguinte relato: "Uma criança morreu e outros quatro membros da mesma família permaneciam internados no Hospital Geral de Alagoas (HGE), em Maceió, com suspeita de botulismo, intoxicação provocada por uma bactéria presente em alimentos. De acordo com a assessoria do hospital, a suspeita é a de que as vítimas tenham comido mel de abelha sem registro aos Serviços de Inspeção. No último mês, a família estava alimentando a criança com mel misturado com suco, duas vezes ao dia. Segundo informações do jornal, os pais não sabiam que o alimento era contraindicado para bebês. A criança foi parar no hospital após começar a sofrer convulsões e ter dificuldades para respirar":
- (A) *Staphylococcus aureus*
 - (B) *Clostridium botulinum*
 - (C) *Salmonella enteritidis*
 - (D) *Bacillus cereus*
19. O Registro de Estabelecimento de Produção Agropecuária – REPA é o documento de licenciamento concedido pelo órgão sanitário municipal, a todo e qualquer estabelecimento ou local sujeito à inspeção agropecuária de produtos de origem animal e vegetal. Tal registro terá validade até/de:
- (A) o dia 1º de janeiro de cada ano
 - (B) o dia 30 de abril de cada ano
 - (C) 180 dias
 - (D) 100 dias
20. A resolução RDC nº 724/2022 dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos. De acordo com a norma, o plano de amostragem de três classes, adotado pela cadeia produtiva de alimentos, deve classificar o resultado analítico da amostra vista como "satisfatório com qualidade intermediária", quando:
- (A) o número de unidades amostrais com resultados entre "m" e "M" for igual ou menor que "c" e nenhuma unidade amostral apresentar resultado maior que "M"
 - (B) o número de unidades amostrais com resultados entre "m" e "M" for maior que "c" ou alguma unidade amostral apresentar resultado maior que "M"
 - (C) "c" apresentar resultado igual ou menor que "m" em todas as unidades amostrais
 - (D) o resultado observado em todas as unidades amostrais for ausência ou menor ou igual a "M"
21. Existem vários mecanismos patogênicos envolvidos com a determinação das DTAs. O *Vibrio cholerae* é um exemplo de microrganismo toxigênico, cujo quadro clínico é provocado por toxinas liberadas quando estes se multiplicam, esporulam ou sofrem lise na luz intestinal. Dessa forma, pode-se agrupar esta Doença Transmitida por Alimentos (DTA) na seguinte categoria:
- (A) intoxicações não bacterianas
 - (B) intoxicações bacterianas
 - (C) toxinfecções
 - (D) enterointoxicação
22. De acordo com a RDC 727/2022, que dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados, não é informação obrigatória:
- (A) denominação de qualidade
 - (B) advertência sobre lactose
 - (C) identificação do lote
 - (D) conteúdo líquido
23. A Portaria GM/MS nº 888/2021 dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Assinale a alternativa que corresponde ao microrganismo que deve ser monitorado, mensalmente, nos sistemas e nas soluções alternativas coletivas de abastecimento de água que utilizam mananciais superficiais nos pontos de captação de água, conforme disposto no artigo 29 da Portaria:
- (A) Coliformes termotolerantes
 - (B) vírus A (HAV) da hepatite
 - (C) *Cryptosporidium*
 - (D) *Escherichia coli*
24. A investigação epidemiológica de surtos de origem alimentar é uma atividade obrigatória de todo sistema local de vigilância em saúde. Dessa forma, é correto afirmar que:
- (A) envolve diferentes setores do sistema local de vigilância em saúde e consiste em uma ação coordenada de resposta para a execução de todas as suas necessidades
 - (B) a investigação epidemiológica de surtos de origem é elaborada com base em exames laboratoriais, não sendo considerado o relato dos comunicantes
 - (C) deve ser realizada em até cinco dias após a comunicação do surto
 - (D) é sinônimo de pesquisa epidemiológica
25. O Termo de Apreensão em Depósito é um documento de instrução fiscal que possui caráter coercitivo e deverá ser lavrado nas seguintes hipóteses:
- (A) sempre que o valor da mercadoria for ínfimo e que, por sua natureza e a critério da autoridade, não exija a aplicação imediata de penalidade prevista em lei ou regulamento
 - (B) quando houver insuficiência de meios e de logística adequada para a inutilização de alimentos considerados impróprios para o consumo humano e animal
 - (C) sempre que se constatar em um estabelecimento o descumprimento de requisito técnico indispensável à preservação da saúde individual e coletiva
 - (D) quando a autoridade sanitária, para efeito de análise fiscal, realizar a colheita de amostras de produtos de interesse sanitário

26. Assinale a alternativa que corresponde ao tipo de estabelecimento passível de Licença Sanitária de Atividades Relacionadas – LSAR, nos termos da Lei Complementar nº 197/2018:
- (A) obras de construção de edificações executadas por pessoas jurídicas
 - (B) locais de eventos realizados em área pública
 - (C) restaurantes de comida japonesa
 - (D) sapatarias
27. **NÃO** é competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária:
- (A) conceder e cancelar o certificado de cumprimento de Boas Práticas de fabricação
 - (B) proibir a fabricação de produtos e insumos em caso de risco iminente à saúde
 - (C) fomentar e realizar estudos e pesquisas no âmbito de suas atribuições
 - (D) estabelecer e propor normas que garantam a segurança alimentar
28. No tocante às exigências aplicáveis aos sistemas e às soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano, o Ministério da Saúde afirma que:
- (A) a rede de distribuição de água para consumo humano deve ser operada sempre com regularidade de fornecimento, evitando situações de paralisação e intermitências
 - (B) a instalação hidráulica predial ligada ao sistema de abastecimento de água poderá ser também alimentada por outras fontes
 - (C) a anotação de responsabilidade técnica (ART) deve ser expedida pelo responsável pela operação do sistema
 - (D) é obrigatória a manutenção de no mínimo 5 mg/L de cloro residual livre
29. No campo sanitário, há mais de 30 anos, a visão da saúde vem se transformando. Ocorre nitidamente uma mudança no paradigma sanitário, no qual transforma-se a prática sanitária com base em uma visão:
- (A) curativista, buscando a ausência da doença
 - (B) que busca o bem-estar animal
 - (C) de vigilância da saúde
 - (D) mercadológica
30. A indústria de alimentos utiliza alguns processos para aumentar a validade comercial desses produtos. Assinale o processo tecnológico utilizado na produção do leite UHT:
- (A) esterilização comercial
 - (B) reação de Maillard
 - (C) branqueamento
 - (D) pasteurização

FARMÁCIA

31. Conforme definido pela Lei Federal nº 6360/1976, o conceito que enquadra produtos para uso externo, antissépticos ou não, destinados ao asseio ou à desinfecção corporal, se refere a:
- (A) produtos de higiene
 - (B) desinfetantes
 - (C) cosméticos
 - (D) correlatos
32. Segundo a RDC nº 44/2009, que normatiza Boas Práticas Farmacêuticas a serem aplicadas no comércio varejista de medicamentos, as farmácias e drogarias devem possuir o seguinte documento no estabelecimento:
- (A) alvará de localização e funcionamento, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda
 - (B) certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros Militar dos estados
 - (C) registro de execução de desratização e desinsetização
 - (D) contrato social da empresa
33. As Boas Práticas Farmacêuticas estabelecidas pela RDC nº 44/2009 se aplicam aos seguintes estabelecimentos, **EXCETO**:
- (A) às farmácias privativas de unidade hospitalar
 - (B) aos postos de medicamentos
 - (C) às farmácias públicas
 - (D) às unidades volantes
34. A RDC nº 44/2009 estabelece diversos preceitos normativos para o funcionamento correto e o controle sanitário da comercialização de medicamentos em farmácias e drogarias. Nesse sentido, é correto afirmar que:
- (A) a aquisição de produtos pode ser feita por meio de distribuidores licenciados e em processo de obtenção de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)
 - (B) em área de circulação comum, os medicamentos isentos de prescrição devem ser identificados em ordem alfabética segundo o nome comercial
 - (C) as farmácias e drogarias podem manter à disposição dos usuários lista atualizada dos medicamentos genéricos comercializados no país
 - (D) as farmácias e drogarias devem estabelecer, documentar e implementar critérios para garantir a origem dos produtos adquiridos
35. Conforme as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para uso humano em farmácias, os rótulos das matérias-primas utilizadas na manipulação devem conter informações mínimas obrigatórias. São informações que devem constar nos rótulos das matérias-primas, **EXCETO**:
- (A) situação interna da matéria-prima (em quarentena, em análise, aprovado, reprovado)
 - (B) número de ordem do Livro de Receituário
 - (C) número do lote atribuído pelo fornecedor
 - (D) identificação do fornecedor

36. Conforme preconizado pela RDC nº 67/2007, as farmácias com manipulação devem realizar ensaios de controle de qualidade em todas as preparações magistrais e oficinais. Dentre os testes que devem ser realizados para preparações líquidas não estéreis, é obrigatória a realização do ensaio de:
- (A) solubilidade
 - (B) viscosidade
 - (C) densidade
 - (D) pH
37. Sobre os requisitos mínimos definidos para garantir as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Homeopáticas em farmácias, é correto afirmar que:
- (A) as balanças de pesagem podem ser compartilhadas em momentos distintos para pesagem de outras matérias-primas utilizadas na manipulação de preparações não homeopáticas, obedecendo a procedimentos escritos
 - (B) as farmácias podem estipular a periodicidade adequada para as análises microbiológicas das matrizes do estoque existente, de forma a garantir a qualidade de suas matrizes
 - (C) a água utilizada para preparações homeopáticas deve atender aos requisitos farmacopeicos estabelecidos para água potável
 - (D) a análise de peso médio constitui um dos testes mínimos que as farmácias devem realizar para avaliar os insumos inertes utilizados em preparações homeopáticas
38. Em visita a uma farmácia com manipulação, a auditora fiscal do IVISA-RIO constatou irregularidades quanto ao controle de qualidade de preparações manipuladas. Considerando que a RDC nº 67/2007 permite a manutenção de estoque mínimo de bases galênicas, é obrigatória a avaliação da pureza microbiológica de pelo menos uma base, com periodicidade:
- (A) semestral
 - (B) bimestral
 - (C) mensal
 - (D) trimestral
39. Uma farmácia com manipulação foi visitada pela auditora fiscal do IVISA-RIO, com o objetivo de verificar os produtos manipulados com uma matéria-prima com indícios de irregularidades. Os registros históricos de todas as análises realizadas para monitoramento do processo magistral aplicado a formas farmacêuticas sólidas devem ser arquivados no estabelecimento, à disposição da Autoridade Sanitária por no mínimo:
- (A) 1 (um) ano
 - (B) 2 (dois) anos
 - (C) 3 (três) anos
 - (D) 5 (cinco) anos
40. Conforme o Código de Ética Farmacêutica, publicado pela Resolução nº 724/2022, é direito do profissional farmacêutico:
- (A) opor-se a exercer a profissão em estabelecimento público ou privado, no caso de não haver remuneração ou condições dignas de trabalho
 - (B) garantir ao usuário o acesso à informação independente e de fonte confiável sobre as práticas terapêuticas
 - (C) executar as atribuições clínicas da profissão farmacêutica, quando aplicável
 - (D) decidir, justificadamente, pela não dispensação, após avaliação da prescrição
41. Um auditor fiscal da vigilância sanitária, cumprindo um ofício emitido pelo CRF-RJ, constatou a ausência do farmacêutico responsável técnico numa distribuidora de medicamentos, o que foi confirmado por fiscalização posterior do CRF-RJ. Para fins de instauração de processo ético, tal constatação prescreve num prazo de:
- (A) 48 (quarenta e oito) meses
 - (B) 24 (vinte e quatro) meses
 - (C) 12 (doze) meses
 - (D) 36 (trinta e seis) meses
42. Uma distribuidora de medicamentos sujeitos a controle especial teve sua Autorização Especial cancelada pela Anvisa, devido a irregularidades no processo de obtenção da mesma. Após dois anos de atuação no mercado, a empresa não conseguiu revogar o cancelamento de sua Autorização Especial e decidiu encerrar suas atividades. Com relação aos estoques de medicamentos em poder da empresa, é correto afirmar que:
- (A) todo o estoque remanescente de medicamentos cujos prazos de validade não tenham expirado será alvo de ação fiscal determinada pela Anvisa
 - (B) caberá à vigilância sanitária estadual a destinação final dos estoques de medicamentos remanescentes em poder do estabelecimento
 - (C) todo o estoque remanescente de medicamentos cujos prazos de validade não tenham expirado deverá ser devolvido ao fornecedor
 - (D) caberá à autoridade sanitária local decidir quanto ao destino dos estoques de medicamentos em poder do estabelecimento
43. As farmácias e drogarias podem fornecer, aviar ou dispensar medicamentos sujeitos à Notificação de Receita em papel não oficial, fora dos padrões definidos pela Portaria nº 344/1998, em caso de emergência. Nessas circunstâncias, as receitas de medicamentos sujeitos a controle especial deverão conter obrigatoriamente:
- (A) o diagnóstico ou CID, a justificativa do caráter emergencial do atendimento, identificação e CNPJ do estabelecimento, data, identificação numérica, inscrição no Conselho Regional e assinatura devidamente identificada
 - (B) o diagnóstico ou CID, a justificativa do caráter emergencial do atendimento, identificação e CNPJ do estabelecimento, data, inscrição no Conselho Regional e assinatura devidamente identificada
 - (C) o diagnóstico ou CID, a justificativa do caráter emergencial do atendimento, data, inscrição no Conselho Regional e assinatura devidamente identificada
 - (D) o diagnóstico ou CID, a justificativa do caráter emergencial do atendimento, identificação e CNPJ do estabelecimento, inscrição no Conselho Regional e assinatura devidamente identificada

44. Em visita a uma transportadora de medicamentos sujeitos a controle especial, o auditor fiscal do IVISA-RIO constatou a presença de um produto em estoque que não possuía documentação hábil comprobatória de sua origem. A carga foi apreendida, seguindo o rito definido na legislação sanitária. Considerando que foi necessário encaminhar cópia do processo à autoridade policial competente, após os trâmites administrativos, é possível afirmar que a carga era composta pelo medicamento:
- (A) alprazolam
 - (B) cetamina
 - (C) biperideno
 - (D) propofol
45. Segundo a Lei nº 6360/1976, os seguintes produtos estão sujeitos às normas de vigilância sanitária, **EXCETO**:
- (A) produtos destinados à correção estética
 - (B) produtos de uso veterinário
 - (C) saneantes fitossanitários
 - (D) perfumes
46. Uma empresa importadora de medicamentos deseja interromper definitivamente a importação de um medicamento que possui registro na Anvisa, mas que não possui substituto fabricado no Brasil. Para evitar o desabastecimento do mercado interno, a descontinuação da importação deve ser comunicada à Anvisa, com uma antecedência mínima de:
- (A) 24 (vinte e quatro) meses
 - (B) 18 (dezoito) meses
 - (C) 9 (nove) meses
 - (D) 6 (seis) meses
47. Conforme a RDC nº 67/2007, os requisitos sanitários para o cumprimento das Boas Práticas de Manipulação de medicamentos contendo substâncias de baixo índice terapêutico são considerados:
- (A) imprescindíveis
 - (B) necessários
 - (C) recomendáveis
 - (D) informativos
48. Para o controle de riscos, a vigilância sanitária utiliza um conjunto de instrumentos de ação, que inclui a legislação (normas jurídicas e técnicas). A legislação abrange normas de proteção da saúde coletiva e individual e estabelece as medidas preventivas e as repressivas, as regras para as atividades com os objetos sob controle e para a atuação da própria vigilância. Diante do exposto e considerando o que dispõe a Lei nº 13.021/2014 e a RDC nº 44/2009 quanto às responsabilidades do farmacêutico, é correto afirmar que:
- (A) a verificação da regularidade dos produtos é responsabilidade do setor de compras e não do farmacêutico que presta assistência técnica na farmácia
 - (B) é dever do farmacêutico orientar o paciente quanto à conservação e à utilização de fármacos e medicamentos inerentes à terapia
 - (C) cabe ao farmacêutico observar os aspectos técnicos e legais do receituário após a venda do medicamento
 - (D) não cabe ao farmacêutico a investigação de desvios de qualidade relacionados ao medicamento
49. Durante as épocas festivas, é comum encontrar em farmácias e drogarias *kits* contendo diferentes medicamentos, que recebem um nome promocional, vinculado ao efeito terapêutico esperado, como forma de aumentar as suas vendas. O *Kit* Ressaca apresenta-se geralmente em embalagem promocional e contém medicamentos hepatoprotetores, antiácidos, antieméticos, analgésicos, sendo comercializado com o apelo de amenizar os efeitos do excesso de bebida alcoólica. Considerando o exemplo de situação acima, assinale a alternativa correta quanto ao controle sanitário de medicamentos e assistência técnica do farmacêutico em farmácias e drogarias:
- (A) a comercialização de produtos sujeitos a registro, na modalidade de *kit*, que não estejam registrados como tal, em embalagem promocional, é proibida pela legislação sanitária, pois não há registro que garanta a segurança do uso dessas associações
 - (B) o comércio desse tipo de *kit* é regular, desde que os medicamentos possuam registro de forma individual e sejam isentos de prescrição médica, o que garante a segurança no uso dessas associações
 - (C) farmácias e drogarias que comercializarem esses tipos de *kits* promocionais sem registro poderão sofrer sanções sanitárias, embora não caracterize infração ao Código de Ética Farmacêutica
 - (D) se os *kits* estão disponíveis nas áreas de autoatendimento das farmácias e drogarias é porque são seguros
50. Os estabelecimentos que realizam a dispensação de medicamentos devem adotar medidas para o controle de estoque de tais produtos. Com relação ao disposto na RDC nº 44/2009 quanto aos procedimentos que devem ser implementados por farmácias e drogarias, os quais contribuem para o uso racional de medicamentos, é correto afirmar que:
- (A) o comércio de medicamentos com o prazo de validade próximo ao vencimento é permitido, desde que o usuário seja alertado no momento da dispensação e assine termo de responsabilidade
 - (B) o comércio de medicamentos com o prazo de validade próximo ao vencimento não é permitido, devendo a empresa segregá-los como resíduos para o descarte
 - (C) o local onde se encontram armazenados os estoques de medicamentos para dispensação solicitada por meio remoto pode ser um armazém fechado ao público
 - (D) é vedado dispensar medicamentos cuja posologia para o tratamento não possa ser concluída no prazo de validade

51. A mídia televisiva e vários outros meios de comunicação e propaganda exaltam os benefícios de produtos, que conforme legislação sanitária, são sujeitos a controle quanto à segurança, eficácia e qualidade. Um dos exemplos envolve o produto Maca Peruana, registrado na Anvisa como alimento. As empresas apresentam propagandas que alegam benefícios não comprovados do referido produto na regulação de libido, fertilidade e fadiga. Tais alegações só são autorizadas após a comprovação de diretrizes básicas de saúde previamente estabelecidas pela legislação pertinente. Considerando o exemplo citado e o previsto na legislação sanitária e de Boas Práticas Farmacêuticas, é correto afirmar que:
- (A) os fabricantes dos produtos podem sofrer a imposição de penalidades e medidas para adequação das irregularidades, não havendo responsabilização dos estabelecimentos de distribuição e dispensação
 - (B) não há regulamento específico para rotulagem dos produtos sujeitos a controle sanitário, e, por isso, os farmacêuticos que atuam em drogarias não conseguem avaliá-los antes de sua exposição à venda
 - (C) a Anvisa pode suspender todas as propagandas que atribuam propriedades terapêuticas ao produto Maca Peruana, conforme previsto na legislação sanitária
 - (D) a vigilância sanitária pode impor medidas para a adequação das irregularidades, mas não há previsão legal para suspender as propagandas que atribuem propriedades não comprovadas
52. A Portaria SVS/MS nº 344/1998 é a norma sanitária que dispõe sobre as medidas de controle e classifica as substâncias entorpecentes, precursoras, psicotrópicas e outras sob controle especial. É importante ressaltar que as substâncias e os medicamentos controlados pela Portaria SVS/MS nº 344/1998 estão associados a maiores riscos de danos à saúde, em razão de suas propriedades farmacológicas, e apresentam alto potencial de desvio para o uso ilícito, motivo pelo qual se enquadram no conceito de droga definido pela Lei nº 11.343/2006. Considerando o disposto na norma sanitária citada, os produtos por ela abrangidos e o que compete ao farmacêutico em farmácias e drogarias, assinale a alternativa correta:
- (A) o farmacêutico deve adotar medidas de controle relativas à dispensação de substâncias abortivas ou que causam má-formação fetal, uma vez que se enquadram na classificação de medicamentos controlados pela Portaria SVS/MS nº 344/1998
 - (B) para atender a uma emergência médica relatada de modo verbal, o farmacêutico poderá eliminar a exigência da notificação de receita de psicotrópicos no momento da dispensação, e, posteriormente, se justificar junto à vigilância sanitária
 - (C) não cabe a avaliação da quantidade de medicamentos prescritos, pois não há previsão na legislação sanitária quanto à quantidade máxima que a notificação de receita deve conter
 - (D) os antibióticos somente podem ser dispensados com a devida retenção de receita, por se tratar de substâncias controladas pela Portaria SVS/MS nº 344/1998
53. Conforme a Anvisa, o monitoramento dos hábitos de prescrição e consumo de medicamentos sujeitos a controle especial no país possibilita contribuir com decisões regulatórias e ações educativas a serem promovidas pelos entes que compõem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC substituiu de forma gradual a escrituração tradicional, em que as informações ficavam apenas na farmácia ou drogaria, pela escrituração obrigatoriamente eletrônica, com transmissão dos dados para a Anvisa. Considerando o disposto na Portaria SVS/MS nº 344/1998 quanto à escrituração e ao balanço de medicamentos psicoativos e de outros sujeitos a controle especial, assinale a alternativa correta:
- (A) a partir da implementação do SNGPC, farmácias e drogarias não precisam mais enviar o Balanço de Medicamentos Psicoativos e de outros Sujeitos a Controle Especial – BMPO para a vigilância sanitária
 - (B) a escrituração é uma obrigação que o estabelecimento deve cumprir e não está relacionada à existência de registros de movimentação dos produtos controlados
 - (C) o estabelecimento poderá determinar, por meio de procedimento operacional padrão, o prazo para a escrituração, de acordo com o seu volume de produtos comercializados
 - (D) distribuidoras, farmácias hospitalares e farmácias públicas devem possuir a escrituração via livros manuais, que poderão ser elaborados por meio de sistema informatizado previamente avaliado e aprovado pela autoridade sanitária
54. O setor regulado pela vigilância sanitária deve obedecer ao disposto na legislação sanitária e nos regulamentos técnicos que orientam suas atividades, no sentido do cumprimento dos requisitos de controle e Boas Práticas, que conferem proteção da saúde e segurança sanitária da população. Nesse sentido, com relação ao que dispõe a RDC nº 44/2009, é correto afirmar que:
- (A) as drogarias necessitam apenas do licenciamento sanitário, e as distribuidoras de medicamentos devem possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Anvisa
 - (B) o estabelecimento pode utilizar imagens, propaganda, publicidade e promoção de medicamentos de venda sob prescrição médica em qualquer parte do sítio eletrônico
 - (C) no caso de solicitação por meio remoto, o transporte não é responsabilidade da drogaria ou farmácia que realiza a dispensação
 - (D) o ambiente destinado aos serviços farmacêuticos deve ser diverso daquele destinado à dispensação

55. Durante a inspeção sanitária em uma drogaria, foi verificada a realização de promoção de medicamentos no salão de vendas, na qual o cliente paga uma unidade e leva duas, sendo que na embalagem da segunda unidade do medicamento constava a frase "Amostra Grátis" e "Venda Proibida". Assinale a alternativa correta, com relação à avaliação da regularidade da situação encontrada, conforme o disposto no Decreto nº 8077/2013 e Lei nº 5991/1973:
- (A) se o medicamento for de uso contínuo e a amostra grátis estiver identificada, a drogaria atende à legislação sanitária e pode realizar a promoção
 - (B) a distribuição de amostras gratuitas de medicamentos é autorizada exclusivamente a médicos e cirurgiões-dentistas
 - (C) no caso de medicamento sujeito a controle especial, os referidos medicamentos da promoção em pauta deveriam estar em armário trancado
 - (D) somente drogarias que disponham de consultório médico podem realizar a entrega das amostras grátis a qualquer paciente
56. Assinale a alternativa correta, quanto à assistência técnica do farmacêutico, em conformidade ao disposto na Lei nº 13.021/2014.
- (A) é obrigatória a assistência farmacêutica nos estabelecimentos públicos, enquanto nos privados haverá obrigatoriedade somente no caso de hospitais com internação
 - (B) a legislação estabelece que deve haver assistência de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento em transportadoras de medicamentos
 - (C) obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico somente de pacientes internados
 - (D) para o funcionamento das farmácias de qualquer natureza, exige-se a presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento
57. Conforme o regulamento técnico RDC nº 67/2007, o responsável pela manipulação, inclusive pela avaliação das prescrições, é o farmacêutico. A partir do disposto no regulamento citado, assinale a alternativa correta quanto ao seu cumprimento:
- (A) cabe ao farmacêutico avaliar a prescrição, quanto à concentração e compatibilidade físico-química dos componentes, dose e via de administração, e, ao médico, o grau de risco
 - (B) a farmácia não descumpra o regulamento técnico quando padroniza somente os insumos farmacêuticos ativos
 - (C) a farmácia descumpra o regulamento técnico quando não registra na ordem de manipulação os excipientes da formulação
 - (D) é permitida a utilização de matérias primas com prazo de validade expirado desde que seja feita a reanálise
58. Algumas drogarias, além da dispensação de medicamentos e comércio de produtos permitidos, realizam também a prestação de serviços farmacêuticos. Com relação a essa atividade, é possível afirmar que:
- (A) as drogarias podem realizar exames laboratoriais e parâmetros bioquímicos, sob a responsabilidade do farmacêutico bioquímico, nas mesmas instalações
 - (B) o ambiente destinado aos serviços farmacêuticos pode utilizar o lavatório contendo água corrente localizado no sanitário ou em outro local
 - (C) somente serão considerados regulares os serviços farmacêuticos devidamente indicados no licenciamento de cada estabelecimento
 - (D) a prestação de serviços farmacêuticos é obrigatória para farmácias e facultativa para as drogarias
59. Quanto à regulamentação federal das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao controle sanitário, disposta na Lei nº 6360/1976 e em seu regulamento Decreto nº 8077/2013, as alternativas abaixo estão corretas, com exceção de:
- (A) as atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados devem constar na autorização de funcionamento e na Licença Sanitária
 - (B) a licença sanitária abrange todos os estabelecimentos localizados no mesmo município, que pertençam a uma só empresa
 - (C) os órgãos e as entidades públicas que exerçam atividades abrangidas pela Lei nº 6.360/1976 não dependem de licença para funcionamento
 - (D) configura infração grave ou gravíssima vender ou expor à venda produto cujo prazo de validade esteja expirado
60. Uma loja de comércio varejista de produtos para a saúde, autorizada a realizar a venda de produtos diretamente à pessoa física, para uso pessoal ou doméstico, recebeu um auto de infração durante uma inspeção sanitária. Assinale a alternativa correta, quanto ao motivo da infração sanitária, com base no que dispõe a Lei nº 5991/1973:
- (A) verificação de medicamentos com registro e dentro do prazo de validade no salão de vendas
 - (B) horário de assistência do farmacêutico não compreendia todo o horário de funcionamento da empresa
 - (C) funcionamento sem Autorização de Funcionamento de Empresa
 - (D) funcionamento sem assistência de profissional farmacêutico